



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

THAIS KAROLLAYNE BALBINO BARROS

**AS MULHERES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS
ENTRE 1950 E 1970**

CAMPINA GRANDE

2023

THAIS KAROLLAYNE BALBINO BARROS

**AS MULHERES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS
ENTRE 1950 E 1970**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Dra. Patrícia Cristina de Aragão

CAMPINA GRANDE

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B277m Barros, Thais Karolayne Balbino.
As mulheres na educação brasileira [manuscrito] :
memórias e trajetórias entre 1950 e 1970 / Thais Karolayne
Balbino Barros. - 2023.
40 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Docência. 2. Educação. 3. Mulher. 4. Memória. I. Título
21. ed. CDD 370

THAIS KAROLLAYNE BALBINO BARROS

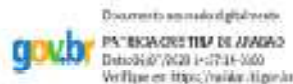
**AS MULHERES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MEMÓRIAS E
TRAJETÓRIAS ENTRE 1950 E 1970**

Trabalho de Conclusão de Curso (Arigo) apresentado a Coordenação do Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciada em História.

Nota 9,0 (nove)

Aprovada em: 26/06/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. DRA. PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO (DH/UEPB) (Orientadora)

Senyra Martins Cavalcanti

Prof. ME. SENYRA MARTINS CAVALCANTI (DE/UEPB) (Examinadora)

Prof. DR. MATUSALEM ALVES OLIVEIRA (DH/UEPB) (Examinador)

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa trajetória percorrida durante esses quatro anos, se encerra mais um ciclo da minha vida, o qual sou grata. Dentre os altos e baixos que a vida acadêmica proporcionou, estará para sempre marcada em minha história pessoal as vivências inesquecíveis, e os desafios que precisei enfrentar, esses desafios fizeram-me desenvolver força e maturidade, e assim venci cada obstáculo que surgiu durante o percurso.

Agradeço a Deus por ter me guiado e me dado sabedoria para viver essa experiência, além de orientar-me a seguir os melhores caminhos e ter me ajudando nas minhas dificuldades. Todavia, confesso que o caminho se tornou mais leve porque pude contar com pessoas incríveis, verdadeiros presentes divinos. Agradeço aos meus pais, Lúcio Barros e Ermita Balbino, sem vocês eu nada seria, vocês são meus maiores incentivadores, tenho orgulho de ser filha de pessoas tão íntegras.

Agradeço aos meus familiares em geral, porém, alguns participaram de forma mais ativa na minha vida acadêmica, meu irmão Wesley Barros, minha cunhada Ligia Andrade, minha prima Mikaelly Bezerra, e até mesmo minha irmã Thallyta Balbino, que mesmo sendo uma criança, quando me via ansiosa e com medo, sempre me dizia algo acolhedor, para que eu ficasse bem. Ao meu namorado, Agripino Neto, por sempre acreditar na minha capacidade, e me incentivar a lutar por tudo que almejo.

Na universidade contei com ajuda de pessoas que nunca esquecerei, agradeço à Magdyele Beatriz, Maíra Luísa, Rafaela Galdino, Julianne Ribeiro, Matheus Jovem, Matheus Sales, Eduardo Farias, Guilherme Lopes, sem dúvidas vocês foram essenciais, tiveram paciência comigo, foram leais e me ajudaram nos momentos que mais precisei, ao lado de vocês vivi momentos felizes.

Por fim, agradeço a todos os seus professores pelas contribuições, cada um teve um papel fundamental, em especial, a Profa. Dra. Patrícia Cristina, que me orientou com paciência e dedicação, aceitando minha proposta e me conduzindo a realizar o que foi proposto por mim.

*“Que nada nos defina, que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria
substância, já que viver é ser livre.”*

SIMONE DE BEAUVOIR

RESUMO

A educação feminina pode fornecer uma perspectiva histórica sobre as políticas e práticas educacionais de cada época. Isso pode ser crucial para entender a contextualização da educação e a busca pela igualdade de gênero nas últimas décadas e para avaliar as políticas e práticas públicas. O estudo sobre a educação feminina nos anos 1950 e 1970 pode contribuir significativamente para o conhecimento na sociedade e educação brasileira a partir da luta das mulheres. O trabalho apresenta-se como uma proposta de análise histórica frente as discussões sobre as mulheres na educação brasileira no período de recorte para estudo. Como objetivo geral nossa proposta é refletir sobre a memória da educação feminina no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970. O referencial teórico aportado foram: Scott (1995), Motte (1992), Abreu (2010) e Alves e Pitanguy (1981). Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental a partir dos estudos de Oliveira (2015), Oliveira et al. (2019), Scheahn, Graupe e Caron (2019) e Guedes e Passos (2022). Os resultados apresentados pelo estudo nos permitiram perceber que as mulheres reivindicavam o direito de acesso à educação, a participação igualitária no mercado de trabalho, a autonomia sobre seus corpos e a eliminação da discriminação de gênero em todas as áreas da vida, a principal contribuição perceptível em relação a este período foi destacar a importância de ampliar o investimento feminista e da perspectiva de gênero para compreender melhor o fenômeno feminização do magistério e a relação mulheres e educação.

Palavras chaves: Docência. Educação. Mulher. Memória.

ABSTRACT

Female education can provide a historical perspective on educational policies and practices in each era. This can be crucial to understand the contextualization of education and the quest for gender equality in recent decades and to evaluate public policies and practices. The study of female education in the 1950s and 1970s can contribute significantly to knowledge in Brazilian society and education based on the struggle of women. The work presents itself as a proposal for historical analysis in view of the discussions about women in Brazilian education in the period chosen for this study. As a general objective, our proposal is to reflect on the memory of female education in Brazil between the 1950s and 1970s. This is a qualitative bibliographical and documentary research based on studies by Oliveira (2015), Oliveira et al. (2019), Scheahn, Graupe and Caron (2019) and Guedes and Passos (2022). The results presented by the study allowed us to realize that women claimed the right to access education, equal participation in the labor market, autonomy over their bodies and the elimination of gender discrimination in all areas of life, the main noticeable contribution in relation to this period was to highlight the importance of expanding feminist investment and the gender perspective to better understand the phenomenon of feminization of teaching and the relationship between women and education.

Keywords: Teaching. Education. Woman. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Revista de mulheres nos anos de 1954 e 1959 respectivamente A) e B) idealizando o modelo ideal de ser mulher naquela época.....	34
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MULHERES, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	16
3 LUGARES DAS MULHERES NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1950 E 1970	23
4 A INFLUÊNCIA DOS ANOS 1950 A 1970 PARA AS MULHERES	33
5 CONSIDERACOES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

As décadas de 50 e 70 do século XX no Brasil foram marcadas por desafios e problemáticas no âmbito do magistério feminino. Nesse período, o acesso das mulheres ao ensino superior ainda era limitado, restringindo suas oportunidades de formação e atuação como professoras. Além disso, existiam preconceitos arraigados na sociedade, que desvalorizavam o trabalho feminino e as categorizavam como cuidadoras do lar.

A escassez de investimentos na educação pública também afetava diretamente o magistério feminino. As escolas não dispunham de infraestrutura adequada, material didático suficiente e salários condizentes com a importância da profissão, o que desmotivava muitas mulheres a seguirem carreira como professoras.

Outro desafio enfrentado pelas mulheres nessa época era conciliar o trabalho com as exigências sociais de maternidade e casamento. Esperava-se que as mulheres se dedicassem exclusivamente aos cuidados da família, o que dificultava a construção de uma carreira sólida no magistério. Apesar dessas adversidades, o magistério feminino na década de 1950 também foi marcado pela luta e resistência das mulheres. Para Ferreira et al. (2018) os Movimentos feministas já existiam em busca de melhores condições para que as mulheres pudessem adquirir seus direitos em trabalharem de acordo com as funções que escolhessem.

Com o passar dos anos, as conquistas das mulheres no magistério foram se ampliando, à medida que a sociedade passou a reconhecer o valor e a importância do trabalho feminino na educação. Observa-se que a problemática do magistério feminino na década de 1950 no Brasil esteve intrinsecamente ligada às barreiras de acesso à educação superior, aos preconceitos de gênero, à falta de investimentos na educação pública e à conciliação entre a vida profissional e familiar. No entanto, a resistência e a luta das mulheres abriram caminho para transformações progressivas ao longo dos anos seguintes. A partir da década de 1960, houve avanços significativos no acesso das mulheres ao ensino superior e na valorização do magistério feminino, embora desafios persistentes ainda existissem.

Nessa contextualização permitiu-se realizar um estudo sobre a educação feminina entre os anos 50 e 70 do século XX sendo verificado em função de alguns aspectos que foram considerados relevantes. Em primeiro lugar, esse período foi caracterizado por uma forte divisão de gênero na sociedade, na qual as mulheres

eram frequentemente vistas como inferiores aos homens e eram limitadas em suas oportunidades de educação e carreira. Portanto, entender como as mulheres eram educadas naquela época pode auxiliar em uma melhor compreensão entre a igualdade de gênero na sociedade.

Além disso, a educação feminina nos anos 1950 teve um papel importante na formação das mulheres que se tornaram líderes em várias áreas nas décadas seguintes. Compreender como essas mulheres foram educadas e quais desafios enfrentaram pode fornecer insights valiosos sobre como promover a igualdade de gênero na educação e em outras áreas da sociedade.

Dessa maneira, a escolha do tema partiu da sua fundamental importância, sobre o preconceito de gênero nos ambientes de trabalho o que afeta diretamente toda a sociedade em todas as suas esferas, sendo danoso tanto para as mulheres como para todos os integrantes da organização.

Torna-se pertinente esse tema devido ao recordarmos a história do feminismo, seus desafios, suas lutas e protestos contra as várias formas de dominação patriarcal requerendo melhores condições de vida essas histórias e os fatos que a marcam poderão auxiliar para a mudança de uma sociedade sexista, além de mostrar nosso início do requerimento e lutas das mulheres por um direito igualitário.

A educação feminina pode fornecer uma perspectiva histórica sobre as políticas e práticas educacionais de cada época. Isso pode ser crucial para entender a contextualização da educação e a busca pela igualdade de gênero nas últimas décadas e para avaliar as políticas e práticas públicas. O estudo sobre a educação feminina nos anos 1950 e 1970 pode contribuir significativamente para o conhecimento na sociedade e educação brasileira a partir da luta das mulheres. Como problema de pesquisa apresentamos o seguinte questionamento: De que modo a educação feminina entre as décadas de 1950 e 1970 contribuiu para compreendermos a memória educacional e o lugar das mulheres neste contexto?

Como objetivo geral nossa proposta é refletir sobre a memória da educação feminina no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970. Os objetivos específicos da pesquisa são: apresentar um breve cenário do contexto brasileiro entre as décadas de 1950 e 1970 e situar a educação das mulheres; discutir sobre memória, educação e o lugar das mulheres a partir da realidade social e educativa brasileira.

A presente pesquisa foi do tipo qualitativa, bibliográfica e documental para o pesquisador a envolver os sujeitos participantes da pesquisa, levando-o a um olhar criterioso na obtenção dos dados descritivos, possibilita a compreensão e interpretação do fenômeno estudado. Para Scheahn, Graupe e Caron (2019) a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida para qualquer pesquisa científica, pois ela se realiza a partir de registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, ela elucida o pesquisador, possibilita desvendar, recolher e analisar informações e conhecimentos prévios sobre um determinado fato ou ideia, assunto, problema para o qual se propõe uma resposta. Já a pesquisa documental permite interpretar o processo histórico e cultural que permearam os vários momentos história e que permitem entender a configuração presente da educação e a feminização do magistério. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e documental apresenta dentro do aspecto educacional uma organização na justificação de constatações identificadas, ambas possuem relevância quando aplicadas dentro dos métodos que tratam de objetos de estudos relacionados a educação.

Os principais autores que embasaram as ideias do presente estudo foram: Oliveira (2015), Oliveira et al. (2019), Scheahn, Graupe e Caron (2019) e Guedes e Passos (2022).

O trabalho encontra-se organizado através da seguinte sequência: são 4 tópicos que compõem esse trabalho: **2.** Mulheres, Memórias e Educação: Breves considerações, **3.** Lugares das Mulheres no Contexto Histórico Brasileiro entre os anos 1950 e 1970, **4.** A influência dos anos 1950 a 1970 para as Mulheres e **5.** Considerações Finais.

2 MULHERES, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES

A questão da igualdade de gênero tem sido um tema importante na sociedade e em diversos campos, inclusive na educação. As mulheres, historicamente, enfrentaram diversas barreiras educacionais e sociais em relação aos homens. No entanto, as mulheres têm contribuído significativamente para o desenvolvimento da educação, não só como estudantes, mas também como educadoras.

Ao longo da história, as mulheres sempre foram consideradas cidadãs de segunda classe, quando se diz que as mulheres historicamente foram consideradas cidadãs de segunda classe, isso se refere à discriminação sistemática e às desigualdades de gênero que existiram em diferentes sociedades ao longo da história. Essas desigualdades podem ser observadas em diversos aspectos da vida, incluindo direitos políticos, acesso à educação, oportunidades de emprego, salários e status social. Na maior parte do mundo, as mulheres foram negadas muitos direitos básicos que eram garantidos aos homens. Por exemplo, elas frequentemente eram excluídas do processo político, não tinham o direito de votar ou se candidatar a cargos públicos, tinham menos acesso à educação do que os homens.

As jovens geralmente eram educadas em casa por suas famílias e em instituições religiosas ou caritativas, enquanto os homens tinham acesso a uma educação formal em instituições seculares renomadas. Elas enfrentavam muitas barreiras, como a discriminação baseada no sexo, preconceitos e expectativas sociais, que restringiam sua capacidade de prosseguir com sua educação ou buscar empregos mais elevados (OLIVEIRA, 2015).

No entanto, a luta das mulheres na sociedade mudou para sempre, ou seja, a luta das mulheres na sociedade mudou de forma significativa e duradoura, impulsionando mudanças sociais, políticas e culturais. Houve um aumento na conscientização e visibilidade das questões de gênero, que antes eram muitas vezes ignoradas ou minimizadas. As mulheres têm conseguido colocar em evidência as desigualdades e as injustiças que enfrentam, por meio de campanhas de conscientização, mídia e redes sociais.

Os movimentos feministas têm desempenhado um papel fundamental nessa mudança. Ao longo das últimas décadas, as mulheres têm se unido para reivindicar seus direitos e desafiar as normas sociais que as limitam. Esses movimentos têm defendido a igualdade de oportunidades em todas as áreas da vida, incluindo a

educação. Além disso, legislações e políticas inclusivas foram implementadas em muitos países para combater a discriminação de gênero e promover a igualdade de oportunidades. Essas medidas visam garantir que as mulheres tenham acesso igualitário à educação e sejam protegidas contra qualquer forma de discriminação ou desvantagem.

A partir do século XX elas foram capazes de mudar as expectativas sociais e aumentar o acesso à educação. As mulheres começaram a influenciar a mudança no sistema educacional e a demandar mais igualdade em suas carreiras (SILVA, 2018). Elas estabeleceram escolas através de iniciativas individuais, ou através de ONG's e associações femininas, algumas instituições de caridade também atuaram no fornecimento do acesso à educação. Essas iniciativas promoveram a educação para meninas, criaram programas de mentoria para mulheres educadoras e inspiraram outras mulheres a perseguirem seus sonhos educacionais.

As mulheres tiveram uma longa história de lutas e conquistas no campo da educação, desde a luta pelo acesso à educação formal até a busca por espaço e reconhecimento profissional. A presença delas na educação ao longo da história tem sido marcada por desafios, preconceitos e barreiras. Na maior parte da história, o acesso das mulheres à educação era restrito, e elas eram consideradas incapazes e destinadas apenas aos trabalhos domésticos e maternidade. Durante o século XX, a luta pelo acesso à educação formal foi intensificada por mulheres que reivindicavam igualdade de direitos. O movimento feminista desempenhou um papel fundamental na luta pelo acesso das mulheres à educação formal e na promoção da igualdade de direitos.

As feministas levantaram questões relacionadas à desigualdade de gênero na educação e defenderam o direito das mulheres de receberem uma educação de qualidade, livre de discriminação. Elas rejeitaram as ideias antiquadas de que as mulheres eram destinadas apenas ao papel de esposas e mães, e argumentaram que as mulheres eram tão capazes quanto os homens de contribuir intelectualmente e profissionalmente. As feministas propuseram mudanças nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas que perpetuavam a exclusão e a marginalização das mulheres na educação. Elas demandaram o fim da segregação de gênero nas escolas e universidades, a eliminação de estereótipos de gênero nos currículos e a promoção de um ambiente educacional inclusivo.

Entre elas, destaca-se Nísia Floresta, uma das primeiras mulheres brasileiras a lutar pela educação feminina (MARCÍLIO; LIMA, 2001).

“Assim iniciava, em meados do século XIX, o Opúsculo humanitário, um dos vários escritos com que essa professora autodidata iria perturbar a sociedade brasileira. Afinal, o que pretendia essa “mulher metida a homem”? Nísia Floresta, uma voz feminina revolucionária, denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada. (LOURO, 2004, p. 369).

Ainda segundo Oliveira et al. (2019) os exemplos de mulheres que se destacaram na educação, como Bertha Lutz, uma das primeiras mulheres a conseguir um diploma universitário no Brasil, e Nísia Floresta Brasileira Augusta, pioneira na luta pela educação feminina. Ela enfatiza a importância dessas mulheres no processo de ampliação do acesso à educação escolar e sua contribuição para o desenvolvimento do país.

Essas mulheres pioneiras contribuíram não só com o avanço dentro do meios sociais e educacionais, mas também deixaram um legado duradouro. Elas inspiraram outras mulheres a perseguirem seus sonhos educacionais e a se envolverem em atividades que contribuem para o desenvolvimento do país. Seus esforços e conquistas destacam a importância do acesso igualitário à educação como um instrumento fundamental para o progresso social, econômico e cultural.

Convém destacar, ainda, que a trajetória das mulheres no âmbito da educação escolar brasileira é de marginalização, pois elas eram impedidas de ter acesso à educação formal durante grande parte da história brasileira (MOTT, 1992). Além de serem vistas como inferiores intelectualmente, destinadas apenas aos papéis domésticos e à maternidade.

É importante enfatizar, também, que a constatação de que as mulheres foram marginalizadas e impedidas de ter acesso à educação formal ao longo da história brasileira é profundamente significativa e reveladora. Essa realidade revela as desigualdades de gênero enraizadas na sociedade, que relegaram essas pessoas a papéis subordinados e limitaram suas oportunidades de desenvolvimento intelectual e profissional.

Essa situação representa uma injustiça social e uma violação dos direitos humanos das mulheres. Elas foram negadas a possibilidade de explorar seu potencial

intelectual, de adquirir conhecimento e de contribuir de maneira plena para a sociedade. Além disso, a visão de inferioridade intelectual atribuída às mulheres perpetuou estereótipos prejudiciais e limitou suas aspirações e possibilidades de progresso.

Essa marginalização das mulheres na educação também teve implicações mais amplas para a sociedade como um todo. Ao restringir o acesso delas à educação, perdemos a diversidade de perspectivas, talentos e habilidades que poderiam ter contribuído para o desenvolvimento do país. Limitar o acesso das mulheres à educação é limitar o potencial de progresso e inovação que poderia ter sido alcançado com a participação plena e igualitária de todos os membros da sociedade.

A partir do final do século XIX, com o aumento da imigração europeia e a influência de ideias progressistas, ocorreram mudanças no panorama educacional brasileiro. As mulheres começaram a ter acesso à educação em maior número, principalmente por meio da criação de escolas femininas e da participação em instituições de ensino mistas (ABREU, 2010).

Ou seja, a criação de escolas femininas foi um marco importante nesse período. Essas instituições foram estabelecidas especificamente para atender às necessidades educacionais das mulheres, fornecendo-lhes um ambiente propício para aprender e desenvolver habilidades acadêmicas. Essas escolas ofereciam um currículo adaptado às necessidades das mulheres e proporcionavam um espaço onde elas poderiam interagir e compartilhar experiências de aprendizagem.

Além disso, a participação das mulheres em instituições de ensino mistas também contribuiu para seu acesso à educação. Com a abertura de instituições que admitiam tanto homens quanto mulheres, as barreiras de gênero começaram a ser quebradas. As mulheres tiveram a oportunidade de estudar em ambientes mistos, interagir com colegas do sexo oposto e ampliar seus horizontes intelectuais.

No entanto, mesmo com essas conquistas, as mulheres ainda enfrentavam obstáculos na carreira acadêmica, tais como a discriminação de gênero, além disso e foram impedidas de frequentar universidades por muito tempo. Foi somente a partir dos anos 1930 que algumas mulheres conseguiram entrar nas universidades brasileiras, mas ainda enfrentavam discriminação e preconceito (MENDES, 2002).

Porém, a luta das mulheres pela educação formal contribuiu para a transformação da sociedade brasileira e para a conquista de direitos iguais. As mulheres tiveram que superar barreiras, romper estereótipos e enfrentar preconceitos, mas graças à sua perseverança e dedicação, conquistaram seu lugar dentro do sistema de ensino brasileiro.

É importante abordar, também, que as mulheres eram, em grande medida, submetidas às vontades dos homens, ficando relegadas a um papel secundário na sociedade. Nesse contexto histórico, elas eram frequentemente consideradas propriedade dos homens, seja como esposas, filhas ou mães. Seus destinos e decisões eram determinados pelos interesses e desejos masculinos. Elas eram valorizadas principalmente por seu papel como donas de casa e mães, enquanto suas habilidades intelectuais e contribuições para a sociedade eram desvalorizadas ou completamente ignoradas.

Essa submissão das mulheres estava enraizada em estruturas patriarcais, que sustentavam a crença na superioridade masculina e na inferioridade feminina. As mulheres eram socialmente condicionadas a aceitar essa subordinação como algo natural e inquestionável. A educação formal, por exemplo, muitas vezes era negada às mulheres, pois acreditava-se que elas não possuíam a capacidade intelectual necessária para a aprendizagem acadêmica. Ainda assim, Maluf e Mott (1998) destacam como, aos poucos, as mulheres foram conquistando espaços antes negados a elas.

Ainda de acordo com Maluf e Mott (1998) a Belle Époque, ocorreu aproximadamente entre o final do século XIX e o início do século XX, e foi um período marcado por significativas transformações sociais, culturais e políticas. Esse contexto de efervescência cultural e otimismo, principalmente na Europa, ainda de acordo com as autoras, foi um período importante para a mudança das mentalidades em relação ao papel das mulheres na sociedade.

Durante a Belle Époque, houve um aumento da participação feminina em diversos setores da sociedade. As mulheres passaram a buscar mais autonomia, a desafiar as normas tradicionais e a reivindicar espaços até então negados a elas. A crescente urbanização, os avanços tecnológicos e a expansão das oportunidades educacionais criaram condições favoráveis para esse movimento de transformação (OLIVEIRA; LIBÂNEO; TOSCHI, 2017).

Nesse período, houve uma valorização da feminilidade e da figura feminina como símbolo de elegância, sofisticação e encanto. Elas passaram a exercer maior influência na moda, nas artes, no teatro e na literatura, contribuindo para a construção de uma imagem mais assertiva e independente. Mulheres como Coco Chanel, Sarah Bernhardt e Virginia Woolf se destacaram como figuras inspiradoras e representativas desse movimento de mudança (CRISCI, 2022).

Além disso, a Belle Époque testemunhou o surgimento do movimento sufragista, que buscava o direito das mulheres ao voto e à participação política. A luta pelo sufrágio feminino ganhou força em vários países, e as mulheres se organizaram em associações e manifestações para reivindicar seus direitos políticos. No entanto, é importante ressaltar que a realidade das mulheres durante a nesse período não era uniforme. Ainda existiam desigualdades significativas entre as elas, especialmente aquelas pertencentes a classes sociais menos privilegiadas. As mudanças ocorridas nesse período muitas vezes beneficiaram principalmente as mulheres da alta sociedade, que tinham acesso a melhores oportunidades educacionais e financeiras. Apesar dessas limitações, a Belle Époque foi um momento crucial na história das mulheres, pois marcou o início de um processo de questionamento e transformação dos papéis de gênero tradicionais. As mudanças nas mentalidades e as lutas empreendidas pelas mulheres durante esse período pavimentaram o caminho para avanços posteriores na busca por igualdade de direitos e oportunidades (GONÇALVES, 2017).

Porém, ainda que as mulheres tenham conquistado alguns direitos e espaço na sociedade brasileira, muitos preconceitos e desigualdades permaneceram. Elas eram vistas como seres frágeis, incapazes de tomar decisões importantes, e seu papel era essencialmente reprodutivo. Ainda assim, é importante destacar como muitas mulheres conseguiram driblar as limitações que lhes eram impostas, buscando alternativas para ter voz e independência.

Maluf e Mott (1998) mostram que na Era do Rádio, as mulheres foram um dos principais públicos do meio de comunicação, principalmente pelo advento das novelas. As personagens femininas retratadas nas novelas deixavam claro o desejo de independência e a busca por uma vida mais livre e autônoma. Isso foi importante para consolidar a ideia de que as mulheres podiam ter aspirações e desejos próprios, indo muito além do que os estereótipos de gênero poderiam prever.

As mulheres foram atores importantes na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Atualmente, elas são a maioria dos estudantes nas universidades, graduando-se com maior frequência do que os homens (IBGE, 2020). No entanto, isso não significa que a desigualdade de gênero tenha desaparecido completamente do sistema educacional. As mulheres ainda enfrentam obstáculos em relação à discriminação sexual e à igualdade de oportunidades em muitas áreas da educação.

Apesar dos desafios, as mulheres têm alcançado grandes feitos na educação e deixaram suas marcas na história. Mulheres como Maria Montessori – pioneira da pedagogia científica, fundadora do método Montessori que revolucionou a forma de pensar sobre a educação infantil; Isadora Duncan – bailarina e coreógrafa, utilizou a dança como forma de expressão artística e educativa; e Eleanor Roosevelt – ativista e presidente da comissão que elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo um impacto significativo na promoção da educação como um direito universal; entre outras, que tiveram um grande impacto no campo da educação. Ahmed (2022) contribui que elas abriram caminhos para outras mulheres seguirem e tornaram possível o que antes parecia impossível.

A luta das mulheres na educação tem sido longa e difícil, mas seus esforços valeram a pena. As mulheres têm um papel vital a desempenhar na busca pela igualdade de gênero na educação e na sociedade em geral. As memórias e trajetórias das mulheres na educação devem ser lembradas e celebradas. A sociedade precisa reconhecer as mudanças e avanços e continuar trabalhando para garantir a igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

3 LUGARES DAS MULHERES NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1950 E 1970

A vida das mulheres nas décadas de 1950 e 1970 foi profundamente influenciada pelos contextos históricos, sociais e culturais da época. É importante destacar as mudanças significativas que ocorreram nesse período, tais como o surgimento e crescimento do movimento feminista. As mulheres passaram a reivindicar igualdade de direitos, desafiando as normas tradicionais de gênero e lutando por oportunidades iguais. O movimento trouxe à tona questões como o direito ao voto, acesso à educação e participação política, permitindo que as mulheres se tornassem agentes de mudança.

Nos anos 1950 e 1970, a sociedade ocidental ainda estava fortemente marcada por expectativas de gênero tradicionais, ou seja, se referiam a padrões socialmente estabelecidos e amplamente aceitos sobre como homens e mulheres deveriam se comportar e desempenhar seus papéis na sociedade. Essas expectativas eram baseadas em estereótipos de gênero arraigados, que moldavam as atitudes, comportamentos e oportunidades disponíveis para homens e mulheres.

Segundo Scott (1995) mulheres eram geralmente vistas como responsáveis pelo cuidado do lar e da família, enquanto os homens eram considerados provedores e tomadores de decisões. Scott analisa como essas concepções de gênero foram construídas através de discursos, práticas e instituições sociais, enfatizando a relação entre poder e dominação. Ela argumenta que essas construções de gênero não são naturais ou biologicamente determinadas, mas sim produtos de processos históricos e sociais.

Segundo Scott, a divisão de gênero era uma forma de manter as hierarquias de poder existentes na sociedade. A ideia de que as mulheres eram responsáveis pelo cuidado da família e do lar servia para restringir seu acesso à esfera pública e aos direitos políticos, mantendo-as subordinadas aos homens. Enquanto isso, a concepção dos homens como provedores e tomadores de decisões reforçava sua posição de poder e autoridade. Esse modelo patriarcal reforçava a divisão sexual do trabalho, com as mulheres sendo incentivadas a se dedicarem às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos.

No entanto, é importante ressaltar que nem todas as mulheres se adequam nesse estereótipo. As mulheres trabalhadoras existiam em diversos setores da

economia, embora muitas vezes enfrentassem discriminação e salários mais baixos em comparação com seus colegas masculinos. Além disso, algumas mulheres buscavam desafiar as expectativas tradicionais, buscando educação, carreiras profissionais e participação em movimentos sociais e políticos.

Uma das mudanças mais significativas desse período foi a popularização de eletrodomésticos, que prometiam facilitar as tarefas domésticas e liberar tempo para outras atividades. A propaganda e a mídia reforçavam a ideia de que a felicidade feminina estava ligada à vida doméstica bem-sucedida e à aparência física. O culto à feminilidade e à beleza estava presente em revistas, filmes e programas de televisão, influenciando as expectativas e comportamentos das mulheres (DOUGLAS, 1970).

No campo da educação, houve avanços significativos na acessibilidade das mulheres ao ensino superior. Gradualmente, mais mulheres buscaram educação além do ensino fundamental, ampliando suas oportunidades profissionais e intelectuais. No entanto, ainda existiam barreiras à plena participação feminina em certas áreas acadêmicas e profissionais.

Segundo Rossi (2013), durante as décadas de 1950 e 1960, as mulheres passaram a ter acesso mais amplo à educação superior, especialmente em áreas como pedagogia, letras e enfermagem. A pedagogia, por exemplo, era vista como uma área em que as mulheres poderiam aplicar suas habilidades maternas e de ensino, enquanto a enfermagem era associada ao cuidado e à assistência aos outros. Da mesma forma, as letras eram consideradas uma área em que as mulheres poderiam utilizar sua habilidade com as palavras e a comunicação.

No entanto, havia uma sub-representação significativa de mulheres nas ciências exatas e nas áreas tecnológicas. No âmbito dos direitos civis e da luta pelos direitos das mulheres, o movimento feminista ganhou força do século XX. Antes desse período, o movimento feminista já havia emergido no final do século XIX e início do século XX. Na chamada "Primeira Onda" do feminismo, as mulheres lutaram pelo direito ao voto, pela igualdade legal e pelo acesso à educação. Sufragistas como Susan B. Anthony e Emmeline Pankhurst foram figuras proeminentes nessa luta, buscando conquistar direitos políticos e civis para as mulheres.

Já durante as décadas de 1950 e 1960, ocorreu o que é conhecido como a "Segunda Onda" do feminismo. Esse movimento foi caracterizado por uma busca mais ampla pela igualdade de gênero em várias esferas da sociedade. As feministas dessa

época reivindicaram direitos reprodutivos, igualdade salarial, acesso à educação e oportunidades de carreira, além de questionarem as normas de gênero e a discriminação sexual.

No contexto específico das áreas das ciências exatas e tecnológicas, o movimento feminista trouxe à tona a necessidade de combater a sub-representação e a discriminação de mulheres nessas áreas. As feministas argumentaram que as mulheres eram capazes e qualificadas para ocupar cargos nessas profissões, mas enfrentavam barreiras estruturais e culturais que as excluíaam.

Assim, as lutas feministas desse período incluíram a demanda por igualdade de oportunidades nas áreas STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática), o combate ao sexismo institucional e à segregação ocupacional, bem como a conscientização sobre os estereótipos de gênero que desencorajavam as mulheres a seguir carreiras científicas e tecnológicas. Mulheres ativistas reivindicaram a igualdade de direitos, o direito ao voto, o acesso à educação e oportunidades de trabalho justas.

O movimento feminista foi impulsionado por escritoras, intelectuais e ativistas, que questionaram as normas sociais e lutaram por mudanças em questões como contracepção, direitos reprodutivos e igualdade salarial. No entanto, é importante destacar que as conquistas e avanços das mulheres nesse período foram desiguais e muitas vezes limitados. Essa realidade pode ser atribuída a uma série de fatores que influenciaram e restringiram o progresso das mulheres nesse período.

Em primeiro lugar, as expectativas de gênero arraigadas na sociedade desempenharam um papel significativo na limitação das oportunidades das mulheres. A visão predominante de que as mulheres eram responsáveis pelo cuidado do lar e da família restringia suas possibilidades de atuação em outras esferas da vida, como a educação, a carreira e a participação política. Essas expectativas de gênero tradicionais perpetuaram estereótipos e normas sociais que dificultavam a igualdade de oportunidades para as mulheres.

Além disso, as estruturas institucionais também desempenharam um papel importante na limitação do progresso feminino. Muitas instituições educacionais e empregadores ainda eram permeados por discriminação e preconceito de gênero, tornando difícil para as mulheres acessarem recursos e oportunidades de desenvolvimento. A falta de políticas inclusivas e medidas de igualdade de gênero

contribuíam para a perpetuação das desigualdades e barreiras enfrentadas pelas mulheres em suas trajetórias.

Outro fator relevante foi a resistência e oposição de grupos conservadores à ampliação dos direitos e oportunidades das mulheres. Movimentos sociais e políticos conservadores frequentemente resistiam às mudanças propostas pelo movimento feminista, questionando os valores tradicionais e hierarquias de gênero estabelecidas. Essa resistência dificultava a conquista de direitos e a promoção da igualdade de gênero.

A igualdade de gênero era uma luta em andamento, com desafios persistentes relacionados à discriminação, violência doméstica, acesso limitado a oportunidades profissionais e uma série de expectativas sociais restritivas. A história das mulheres na educação no Brasil é longa e complexa. As mulheres desempenharam um papel significativo no desenvolvimento da educação no Brasil, desde os primeiros dias do período colonial até os dias atuais. No entanto, seu papel nem sempre foi fácil ou direto. As mulheres enfrentaram muitos desafios em sua busca pela educação, incluindo discriminação, preconceito e falta de acesso a recursos.

MITTANCK, (2017), é retrata a difícil situação que as mulheres viviam na década de 1950. Nessa época, elas eram consideradas inferiores aos homens e eram incentivadas a se dedicarem exclusivamente ao trabalho doméstico e à maternidade, deixando de lado suas ambições e sonhos. Entretanto, mesmo diante dos obstáculos e do preconceito, algumas mulheres se insurgiram e lutaram por seus direitos, seguindo a inspiração de movimentos feministas de outros países.

Costa (2019, p. 29) afirma que:

“o feminismo na América Latina [...] surge sob o impacto do movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização que implicou uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional.” Ou seja, a partir de processo as mulheres foram inseridas em maiores números dentro do mercado de trabalho favorecendo a expansão de outras áreas para a sua atuação.

MITTANCK (2017) destaca a importância dessas lutas e enfatiza que ainda existem desafios a serem enfrentados pelas mulheres nos dias de hoje, como a violência doméstica e a desigualdade salarial, ela nos faz refletir sobre o avanço, mas também sobre a persistência das desigualdades de gênero na sociedade atual.

Apesar desses desafios, as mulheres avançaram muito na educação no Brasil. No início da década de 1950, apenas uma pequena porcentagem de mulheres estava matriculada na escola (IBGE, 2023). No entanto, até o final da década de 1960, as taxas de matrícula das mulheres haviam aumentado significativamente (IBGE, 2023). Isso se deveu, em parte, aos esforços de ativistas pelos direitos das mulheres, que lutaram pela igualdade de acesso à educação para todos. Também se deveu ao compromisso do governo em expandir as oportunidades educacionais para todos os brasileiros.

O aumento da matrícula das mulheres teve um impacto profundo na sociedade brasileira tais como o empoderamento e autonomia das mulheres, transformação dos papéis de gênero, avanço social e econômico (MEDEIROS, 2014). Isso levou a um aumento nas taxas de alfabetização das mulheres, o que, por sua vez, levou a um aumento na participação feminina na força de trabalho. As mulheres também passaram a desempenhar um papel mais ativo na política e no governo.

Segundo Xavier (2009) o progresso que as mulheres fizeram na educação nas décadas de 1950 e 1960 foi significativo. No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito. As mulheres continuam enfrentando desafios na educação, como discriminação e falta de acesso a recursos. É importante continuar lutando pelo acesso igualitário à educação para todos os brasileiros, independentemente do gênero.

Conforme destacado por Fonseca (2016) no que se refere as trajetórias das mulheres na educação no Brasil foram moldadas por diversos fatores, tais como as expectativas de gênero, o acesso desigual à educação, as barreiras socioeconômicas, a discriminação e o preconceito de gênero foram alguns dos principais elementos que influenciaram suas experiências educacionais, além da classe social, raça e etnia. Mulheres de famílias de classe alta tradicionalmente tiveram mais acesso à educação do que mulheres de famílias de classe baixa. Isso se deve, em parte, ao fato de que as famílias de classe alta possuem mais recursos para investir na educação de seus filhos.

Raça e etnia também desempenharam um papel na moldagem das trajetórias das mulheres na educação no Brasil, mulheres negras e indígenas historicamente enfrentaram mais desafios no acesso à educação do que mulheres brancas. Isso se deve ao racismo e à discriminação. No entanto, houve algum progresso nos últimos anos.

Segundo Machado e Faria (2001), as mulheres já formavam a maioria do corpo docente do ensino primário no país. Contudo, essa predominância feminina não se estendia aos cargos de direção, devido a chamada segregação ocupacional. Apesar de as mulheres estarem presentes em maior número no corpo docente do ensino primário, elas muitas vezes eram direcionadas para áreas específicas, como as séries iniciais ou disciplinas consideradas "femininas", como a educação infantil. Essa segregação ocupacional limitava suas chances de ascender a cargos de direção, que eram tradicionalmente ocupados por homens.

Além disso, a estrutura patriarcal da sociedade também desempenhava um papel na exclusão das mulheres dos cargos de liderança. As estruturas de poder muitas vezes eram controladas por homens, que exerciam influência e tomavam as decisões mais importantes nas instituições educacionais. Essa falta de representatividade e participação das mulheres nos processos decisórios dificultava seu acesso aos cargos de direção.

Nesse sentido, Nogueira (1981) aponta que "as mulheres [...] eram rejeitadas pelos blocos políticos que ocupavam a cena naquele momento" (NOGUEIRA, 1981, p. 17). Por outro lado, as mulheres também encontraram dificuldades como alunas. Em uma época em que a educação era vista como um caminho para a emancipação feminina, as mulheres enfrentavam barreiras para ter acesso a cursos superiores. Segundo Gargia, "o acesso feminino às universidades era restrito, ainda que algumas mulheres tivessem obtido graduação superior antes dos anos 50" (GARGIA, 2004, p. 82). Ela destaca a desigualdade de oportunidades educacionais entre homens e mulheres ao longo do tempo.

Para a autora Garcia (2004) o acesso das mulheres à educação superior era limitado devido a uma série de fatores, como as expectativas de gênero arraigadas na sociedade, a falta de recursos financeiros e a resistência conservadora. As mulheres enfrentavam barreiras que restringiam seu ingresso e progresso acadêmico, resultando em baixa representatividade nos níveis mais elevados de ensino.

No entanto, com o passar dos anos, a situação das mulheres na educação foi mudando. Segundo Alves e Pinho (2007), nos anos 60 do século XX, houve um aumento significativo da presença feminina em cursos superiores, especialmente nas áreas de educação e saúde. Isso foi provocado graças ao movimento feminista que foi um importante agente de transformação social, lutando pela igualdade de direitos

e oportunidades para as mulheres. Essa luta influenciou diretamente a busca das mulheres por educação superior, encorajando-as a romper com as expectativas tradicionais de gênero e a buscar sua independência intelectual e profissional.

Além disso, a expansão do acesso à educação foi um fator determinante. Nesse período, houve um aumento significativo do investimento em educação por parte dos governos, o que resultou na ampliação das vagas nas instituições de ensino superior. Essa expansão possibilitou que mais mulheres tivessem a oportunidade de ingressar no ensino superior e buscar sua formação acadêmica.

Esse movimento foi acompanhado por mudanças legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961), que estabelecia princípios como a igualdade de acesso à educação e a eliminação de preconceitos. A atuação das mulheres na educação brasileira entre os anos de 1950 e 1960 foi marcada por avanços e desafios. Se, por um lado, elas já se consolidavam como maioria no ensino primário, por outro, ainda enfrentavam barreiras para ter acesso a cursos superiores e aos cargos de liderança.

Durante o período das décadas de 1960 e 1970, marcadas por ditaduras militares e regimes autoritários na América Latina, o papel da mulher na educação foi influenciado pelas políticas e ideologias adotadas pelos governos autoritários. Nesse contexto, as mulheres enfrentaram obstáculos e restrições em relação à sua participação na educação, um dos principais obstáculos foi a imposição de papéis tradicionais de gênero, reforçando a visão de que as mulheres deveriam se dedicar exclusivamente à família e aos afazeres domésticos. Essa ideologia limitava as oportunidades educacionais das mulheres, já que a prioridade era direcionada aos homens, considerados os provedores da sociedade.

Além disso, as políticas educacionais adotadas pelos regimes autoritários muitas vezes restringiam o acesso das mulheres ao ensino superior. Esses regimes enfatizavam uma visão conservadora e patriarcal da sociedade, priorizando a formação de homens para atuar em áreas técnicas e profissionais consideradas mais relevantes para o desenvolvimento econômico, enquanto as mulheres eram direcionadas para cursos considerados "femininos" e voltados para o cuidado e serviços.

Outra restrição enfrentada pelas mulheres foi a censura e o controle ideológico exercido pelos governos autoritários sobre as instituições educacionais. Muitas vezes,

o ensino era direcionado para a disseminação de uma visão conservadora e submissa das mulheres, reforçando estereótipos e limitando suas perspectivas de desenvolvimento intelectual e profissional.

Embora houvesse avanços anteriores na ampliação do acesso das mulheres à educação, as ditaduras frequentemente adotaram uma visão tradicional e conservadora dos papéis de gênero, o que resultou em limitações para as mulheres no campo educacional. Durante a ditadura militar, houve uma ênfase na ideologia de que o papel principal da mulher era o de mãe e esposa, voltada para a esfera doméstica. Isso resultou em políticas que promoviam uma educação diferenciada para meninos e meninas, com um enfoque maior nas habilidades domésticas para as mulheres (SANTOS, 2018).

Uma das implicações foi a adoção de um modelo de educação diferenciada para meninos e meninas. Enquanto os meninos eram direcionados para o ensino técnico e profissionalizante, as meninas eram orientadas a desenvolver habilidades domésticas, como culinária, costura e cuidados com o lar. Esse enfoque limitado da educação para as mulheres reforçava a visão de que seu papel principal era o de desempenhar tarefas relacionadas à esfera privada, restringindo suas aspirações e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

No entanto, o contexto dos "anos de chumbo" também despertou resistência e mobilização por parte das mulheres. Os movimentos feministas emergiram e se fortaleceram nesse período, buscando questionar e combater as ideologias opressivas e as políticas discriminatórias impostas às mulheres. Os movimentos feministas desafiaram a visão limitada de gênero, reivindicando a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres. Eles lutaram por uma educação inclusiva e igualitária, que permitisse às mulheres desenvolverem todo o seu potencial intelectual e profissional, indo além dos estereótipos de gênero.

As mulheres engajadas nos movimentos feministas se opuseram aos discursos e às políticas que as relegavam à esfera doméstica, reivindicando espaços na educação superior, nas carreiras profissionais e na vida pública. Elas buscaram ampliar a conscientização sobre a opressão de gênero e promover a desconstrução dos estereótipos que limitavam suas possibilidades.

Esses movimentos também defenderam a educação como uma ferramenta de empoderamento das mulheres, permitindo-lhes adquirir conhecimento, desenvolver

habilidades e se tornar agentes de transformação social. Eles promoveram a criação de espaços de diálogo, reflexão e mobilização, fortalecendo a solidariedade entre as mulheres e fomentando a luta por direitos igualitários.

As oportunidades educacionais para as mulheres foram muitas vezes restritas, com ênfase na formação voltada para profissões consideradas "femininas", como secretariado, enfermagem ou ensino primário. O acesso a níveis mais elevados de educação e áreas consideradas mais masculinas, como ciência, engenharia e política, foi dificultado para as mulheres.

As universidades e instituições de ensino também foram afetadas pelas políticas autoritárias, com censura, perseguição e repressão a professores e estudantes engajados em atividades políticas ou questionadoras do regime. Isso limitou a liberdade acadêmica e o debate de ideias nas instituições de ensino. No entanto, apesar das restrições impostas pelos regimes autoritários, algumas mulheres se envolveram em movimentos estudantis e de resistência política.

Elas enfrentaram o autoritarismo e a repressão para lutar por uma educação mais inclusiva e igualitária. Seu envolvimento foi importante para fortalecer a voz das mulheres e sua atuação na educação. Ao participarem desses movimentos, as mulheres não apenas desafiaram as restrições impostas, mas também contribuíram para ampliar a conscientização sobre a opressão de gênero e a necessidade de transformação na educação. Elas trouxeram novas perspectivas, questionaram as normas estabelecidas e reivindicaram uma educação que reconhecesse e valorizasse o potencial das mulheres.

O envolvimento das mulheres nos movimentos estudantis e de resistência política também proporcionou espaços de empoderamento, solidariedade e networking entre as estudantes. Elas se uniram para enfrentar as adversidades, compartilhando experiências, apoio mútuo e fortalecendo sua atuação coletiva. Além disso, a participação das mulheres nos movimentos estudantis contribuiu para a formação de lideranças femininas na educação. Elas assumiram papéis de destaque, mobilizando ações, organizando eventos e contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais progressista e igualitário. Elas desempenharam papéis importantes na defesa da educação e dos direitos humanos, enfrentando riscos significativos.

É importante ressaltar que, apesar dos obstáculos e das limitações, muitas mulheres conseguiram encontrar maneiras de buscar conhecimento e educação, mesmo que em contextos informais ou alternativos. Além disso, a resistência feminina durante esse período contribuiu para a conscientização e a mobilização em torno da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres nas décadas subsequentes.

4 A INFLUÊNCIA DOS ANOS 1950 A 1970 PARA AS MULHERES

Durante os anos 50 a 70 do século XX, os estereótipos de gênero em relação às mulheres foram amplamente difundidos e influenciaram as percepções e expectativas sociais sobre o papel das mulheres na sociedade. Esses estereótipos incluíam a visão das mulheres como donas de casa, responsáveis exclusivamente pelas tarefas domésticas; a ideia de que as mulheres eram submissas e passivas, devendo seguir as orientações dos homens; e a representação das mulheres como frágeis e dependentes, necessitando da proteção masculina.

Esses estereótipos limitavam as opções de vida das mulheres, restringindo sua autonomia, desenvolvimento pessoal e profissional, e variaram ao longo do século, refletindo mudanças sociais, culturais e políticas. Durante esse período, ainda persistiam estereótipos arraigados que restringiam o papel das mulheres à esfera doméstica e familiar. As mulheres eram vistas como frágeis, emocionais e incapazes de desempenhar funções intelectuais ou profissionais. O estereótipo da "mulher angelical" enfatizava a feminilidade, a pureza e a submissão às normas sociais vigentes (WOLF, 1992).

Com o avanço das lutas pelos direitos das mulheres e do movimento sufragista, ocorreram mudanças significativas nas representações femininas. Durante as primeiras décadas do século, o estereótipo da "nova mulher" emergiu, representando mulheres mais independentes, educadas e engajadas socialmente. Esse estereótipo desafiou as expectativas tradicionais, buscando ampliar o papel das mulheres na sociedade e conquistar direitos políticos (SOUZA, 2011).

No entanto, durante a metade do século XX, com o advento da Segunda Guerra Mundial e o pós-guerra, houve uma "reafirmação" dos estereótipos tradicionais. As mulheres foram incentivadas a retornar à esfera doméstica após a participação ativa no mercado de trabalho durante a guerra. O ideal da "dona de casa perfeita" foi promovido, retratando as mulheres como dedicadas exclusivamente às tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos e à satisfação do marido.

A década de 1950 foi marcada pela influência da mídia e da cultura popular na criação de estereótipos femininos. A imagem da "mulher ideal" era propagada por meio de filmes, programas de televisão, revistas e propagandas. As mulheres eram retratadas como donas de casa felizes, preocupadas com a aparência física e

dependentes dos homens, a exemplo da capa da Revista Querida edição de 1954 e 1959 respectivamente.

Figura 01. Revista de mulheres nos anos de 1954 e 1959 respectivamente A) e B) idealizando o modelo ideal de ser mulher naquela época.



Fonte: Anos dourados: Imagens & Fatos: Imagens – Revista “QUERIDA, 1954 e 1959”.

Essas revistas eram caracterizadas através de assuntos como: relacionamentos, formas de cuidar do esposo, como ser recatada ou relacionadas a vestuário, sempre descrevendo o modelo ideal de mulher.

No entanto, à medida que a década de 1960 avançava, surgiu um movimento de contracultura¹ e uma onda de feminismo de segunda onda. Foi questionado e desafiado através dos estereótipos tradicionais de gênero, buscando a igualdade de

¹ O movimento de contracultura que surgiu na década de 1960 foi um fenômeno cultural e social que contestou e se opôs às normas e valores dominantes da sociedade. Ele foi impulsionado por uma geração mais jovem que buscava romper com as tradições e instituições estabelecidas, rejeitando as estruturas sociais conservadoras e a cultura de consumo. Esse movimento foi caracterizado por uma série de expressões culturais, como o movimento hippie, que promovia o amor livre, a paz, a liberdade individual e a busca espiritual, em contraste com a sociedade dominada pelo materialismo e pela guerra. Além disso, o movimento de contracultura abraçou a música, especialmente o rock 'n' roll, como uma forma de expressão e protesto contra a ordem estabelecida. Os valores centrais desse movimento incluíam a liberdade de expressão, a igualdade de gênero, o respeito às minorias e a crítica ao consumismo e à guerra. Ele desafiou as normas tradicionais de comportamento e questionou os sistemas de poder existentes, buscando construir uma sociedade mais inclusiva, justa e voltada para o indivíduo. Essa contracultura teve um impacto significativo na transformação dos costumes e das mentalidades da época, influenciando movimentos sociais, como o feminismo, a luta pelos direitos civis e o movimento LGBT+, entre outros. Além disso, deixou um legado duradouro na cultura popular, nas artes, na moda e na política, moldando o panorama sociocultural das décadas seguintes (HUNT, 2015).

direitos, a autonomia das mulheres e a liberdade sexual. O feminismo trouxe à tona questões como o direito ao trabalho, o acesso à educação, a igualdade salarial e a liberdade reprodutiva (FALLOU, 2010).

No Brasil, são algumas mulheres instruídas, que pertencem aos setores médios e altos, que acolhem as primeiras idéias feministas trazidas pelas publicações de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Considerada a primeira feminista brasileira, Nísia, depois de estudar na Europa e conviver com as feministas de lá, regressa ao Brasil e pública em 1832 a tradução da obra pioneira de Mary Wollestonecraft, *A vindication of the rights of women*, marcando, assim, o despertar da consciência crítica da condição feminina no Brasil. Posteriormente, Nísia pública, de sua autoria, o livro *Opúsculo humanitário*, em 1835, e em 1842, o livro *Conselhos a minha filha*, nos quais defendia a necessidade da educação para a mulher como a única forma de garantir sua emancipação, seguindo a mesma linha de Wollestonecraft. (COSTA; SARDENBERG, 1994a, p. 95)

A ditadura militar foi uma expressão utilizada para descrever um período marcado por forte repressão política e violência ocorrido em diferentes países, principalmente na América Latina, durante as décadas de 1960 e 1970. Essa expressão foi popularmente associada ao contexto de ditaduras militares e regimes autoritários que ocorreram em diversos países da região nesse período (SKIDMORE, 1982).

A ditadura militar ocorreu de forma repressiva e violenta, além da tortura, desaparecimentos forçados e assassinatos de opositores políticos por parte das forças de segurança e dos governos autoritários. Esse período foi caracterizado por uma intensa perseguição política, censura, restrição às liberdades civis, supressão de direitos humanos e repressão sistemática a qualquer forma de oposição ou questionamento ao regime vigente.

Os regimes autoritários que marcaram a ditadura militar e a instabilidade política foram a ameaça comunista. No entanto, a repressão muitas vezes atingia não apenas militantes políticos, mas também estudantes, intelectuais, sindicalistas e qualquer pessoa considerada uma ameaça ao regime.

Esses regimes autoritários foram responsáveis por um número significativo de violações dos direitos humanos, afetando profundamente as sociedades da época. Famílias foram dilaceradas pela perda de entes queridos, muitos foram forçados ao exílio e a liberdade de expressão e organização foi severamente restringida (DIAMINT, 1991).

A ditadura militar deixou um legado de dor e trauma nas sociedades afetadas, além de consequências políticas, sociais e econômicas duradouras. Até hoje, muitos países ainda enfrentam o desafio de lidar com as violações dos direitos humanos ocorridas durante esse período, buscando justiça, memória e reconciliação (SCHILLING, 2000).

Durante esse período marcado por ditaduras militares e regimes autoritários na América Latina, a imagem e o papel da mulher na sociedade e na mídia eram frequentemente moldados e controlados pelo Estado e pelos setores conservadores. Os estereótipos de gênero eram utilizados como ferramentas para reforçar a ordem social estabelecida e manter o status quo (SOUZA, 2010).

Nesse contexto, as mulheres eram geralmente retratadas de acordo com os estereótipos tradicionais de gênero. Eram associadas aos papéis de esposa, mãe e cuidadora, sendo esperado que se dedicassem principalmente às tarefas domésticas e ao cuidado da família. A imagem da mulher ideal era aquela que se conformava às normas sociais, sendo dócil, submissa e feminina.

A mídia, sob censura e controle estatal, também desempenhava um papel importante na perpetuação desses estereótipos. As mulheres eram representadas em propagandas, programas de rádio, filmes e jornais de acordo com os ideais patriarcais e conservadores, pois as propagandas, programas de rádio e filmes retratavam as mulheres como donas de casa dedicadas, enfatizando suas habilidades domésticas, e as representavam como frágeis e dependentes, reforçando a ideia da necessidade de proteção masculina. Essas representações limitavam as aspirações e possibilidades das mulheres, reforçando a submissão aos papéis tradicionais de gênero, ou seja, a visão da mulher como um ser inferior, dependente e voltado exclusivamente para a esfera privada.

Esses estereótipos de gênero impostos pela sociedade e pela mídia tinham um impacto profundo na vida das mulheres durante o período da ditadura militar no Brasil. Pois, as restrições e expectativas rígidas limitavam a autonomia e a liberdade das mulheres, restringindo suas oportunidades de participação política, educacional e profissional. Muitas vezes, elas eram marginalizadas e silenciadas, sendo desencorajadas a questionar ou desafiar o status quo (LOURO, 1997).

Além disso, as mulheres também eram alvo de repressão por parte dos regimes autoritários. Muitas ativistas, intelectuais e líderes feministas foram perseguidas,

presas, torturadas e até mesmo mortas devido ao seu envolvimento em movimentos sociais e políticos (NAXARA, 2007). A violência e a repressão política afetaram diretamente a luta pelos direitos das mulheres e a busca por igualdade de gênero.

Apesar desses desafios, é importante ressaltar que muitas mulheres resistiram e se organizaram para enfrentar a opressão. Elas desempenharam papéis cruciais na luta pelos direitos humanos, pela democracia e pela justiça social. Ainda que restringidas, as mulheres encontraram maneiras de resistir e buscar mudanças, deixando um legado de coragem e resiliência (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000).

Durante esse período o movimento feminista brasileiro enfrentou desafios significativos, mas também conseguiu ganhar força e impulsionar mudanças importantes na luta por direitos iguais. O movimento feminista no Brasil, assim como em outros países, foi influenciado pelas demandas e ideais do movimento feminista internacional, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. As mulheres brasileiras se organizaram e se mobilizaram para questionar as estruturas patriarcais e exigir igualdade de gênero em diferentes esferas da sociedade.

Nessa época a repressão política afetou tanto os movimentos de oposição quanto o movimento feminista. Muitas ativistas foram perseguidas, presas e torturadas devido ao seu envolvimento nas lutas pelos direitos das mulheres. No entanto, mesmo sob condições adversas, as mulheres encontraram maneiras de resistir e continuar a luta (CARVALHO, 2005).

O movimento feminista brasileiro ampliou suas pautas e sua atuação, buscando alianças com outros movimentos sociais e fortalecendo sua crítica às estruturas autoritárias e opressoras. As feministas lutaram contra a violência de gênero, a discriminação no trabalho, a falta de acesso a serviços de saúde reprodutiva e a visões tradicionais de gênero impostas pela sociedade (ALVES & PITANGUY, 1981).

Um marco importante para o movimento feminista no Brasil foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1975. O CNDM foi um órgão governamental que possibilitou a participação das mulheres na formulação de políticas públicas e no debate sobre questões de gênero (MIGUEL, 2018). Apesar das dificuldades e da repressão, o movimento feminista brasileiro contribuiu para abrir caminho para mudanças sociais e conquistas significativas nos anos seguintes. Suas lutas e reivindicações pavimentaram o caminho para avanços na legislação, políticas públicas e conscientização sobre questões de gênero no Brasil.

Como podemos destacar no decorrer da exposição do presente estudo, a feminização do magistério no ensino básico não é um fenômeno novo. Tal fato carrega uma carga histórica, situando no momento das revoluções burguesas a intensificação das denúncias feministas em relação a desigualdades de oportunidades entre os sexos. Tais denúncias expressaram reivindicações em favor da extensão da cidadania feminina, incluindo o direito à educação e à participação das mulheres na esfera pública. Essas reivindicações exerceram um importante papel na conquista das mulheres à sua presença nos espaços públicos no mundo todo.

5 CONSIDERACOES FINAIS

As lutas femininas idealizadas pelas mulheres para alcançar seus direitos de inclusão na educação, eram constantes no século XX principalmente entre anos de 1950 e 1970. Uma das principais lutas do movimento feminista brasileiro era pela igualdade de direitos políticos, sociais e econômicos. As mulheres reivindicavam o direito ao voto, o acesso à educação, a participação igualitária no mercado de trabalho, a autonomia sobre seus corpos e a eliminação da discriminação de gênero em todas as áreas da vida.

Quando abordou a ênfase do espaço público pelas mulheres, primeiramente, vale ressaltar sobre inserção na educação básica, onde o ensino era utilizado para reforçar os aprendizados necessários às atribuições domésticas, limitando o seu conhecimento em outras áreas. Posteriormente, suas inserções no ensino superior e entrada no mercado de trabalho foram influenciadas por suas obrigações domésticas.

Apesar das mudanças em relação à presença feminina no espaço público, ainda hoje se encontram enormes disparidades em relação à igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. Mesmo em ocupações onde as mulheres são maioria, estas aparecem em postos vulneráveis, enquanto os homens estão posicionados no topo da hierarquia profissional, como mulher, estudante e pesquisadora foi possível retratar a constante relevância dessa temática no meu dia a dia, portanto a escolha do tema.

Além disso, é possível ter em vista que as atribuições femininas, apesar de terem se estendido à esfera pública, não abandonaram o trabalho doméstico não remunerado. Dessa maneira, propostas como essas são relevantes para a realização de discussões à cerca das mulheres no campo da educação justamente por pensar a história das mulheres é também enfatizar a complexidade e a diversidade das experiências e das realizações conquistadas ao longo do tempo. No campo da educação mesmo o aprendizado tendo sido devidamente diferenciado para meninos e meninas, algumas personagens se destacaram nesse cenário, propondo um ensino que fosse igual para ambos os sexos e que também proporcionasse independência para as mulheres. A principal contribuição perceptível em relação aos estudos de gênero e educação foi destacando a importância de ampliar o investimento feminista e da perspectiva de gênero dentro do curso de história para compreender melhor o fenômeno feminização do magistério e a relação mulheres e educação.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. Ubu Editora, 2022.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ALVES, Maria Teresa G.; PINHO, Claudia M. C. A educação feminina e os movimentos de mulheres nos anos 60. **Educação em Questão**, v. 27, nº 13, p. 113-128, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Ditadura e Repressão: O autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, Chile e Argentina**. São Paulo: Edusp, 2005.

DE OLIVEIRA COSTA, Albertina et al. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

DE OLIVEIRA, João Ferreira; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Cortez editora, 2017.

DIAMINT, Rut. Military Politics, Transitions to Democracy, and the Survival of Dictatorships. **The Journal of Politics**, vol. 53, n. ° 2, 1991, pp. 495-517.

DOUGLAS, S. J. (1970). **Where the girls are: Growing up female with the mass media**. Random House.

FALLOU, Lígia. **Feminismo e Movimento de Mulheres no Brasil: Memórias, lutas e conquistas**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, João Batista et al. (Des) igualdade de Gênero no Mercado de Trabalho. **Revista Agroveterinária, Negócios e Tecnologias**, v. 3, n. 1, p. 25-41, 2018.

FONSECA, Tânia. Mulheres na educação: desafios, conquistas e desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, nº 246, p. 557-577, 2016.

GARGIA, Helena. Educação feminina na história do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, nº 82, p. 79-95, 2004.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Saraiva Educação SA, 2017.

GRISCI, Laura lochins. **Desenvolvimento de uma coleção de joias sob a temática da história da arte**. 2022.

GUEDES, Rayane Silva; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A presença das mulheres na história da educação no Brasil. **Revista Teias**, v. 23, n. 70, p. 167-189, 2022.

HUNT, Andrew. **The '60s: A Cultural Awakening**. Lanham: Taylor Trade Publishing, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Maria Cristina; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Mulheres e educação no Brasil: uma breve análise histórica. **Educação em Revista**, nº 34, p. 117-132, 2001.

MITTANCK, Vanusa. "As Mulheres de 1950: Seu Comportamento e Suas Atitudes". **Revista de Estudos Históricos**, vol. 25, nº 2, p. 145-160, 2017.

NOGUEIRA, Júnia. A mulher na política do PCB. **Cadernos de História**, nº 7, p. 17-32, 1981.

MIGUEL, Luis Felipe. "Um espaço para o feminismo": o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a ditadura militar brasileira (1975-1979). **Estudos Feministas**, vol. 26, nº 2, 2018, pp. 516-535.

MEDEIROS, J. L. A educação das mulheres no Brasil: do Império à Primeira República. São Paulo: **Editora Fi**, 2014.

NAXARA, Márcia R. D. Feminismo, ditadura e repressão: a opressão contra a mulher nos regimes militares do Cone Sul. **Revista Estudos Feministas**, vol. 15, n.º 2, 2007, pp. 489-508.

ROSSI, M. (2013). A trajetória feminina no ensino superior: o acesso e a permanência das mulheres nas universidades. **Revista UNIABEU**, 6(15), 131-145.

SANTOS, Maria Aparecida. Mulher, educação e sociedade: um estudo sobre as representações de gênero nos livros didáticos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, nº 167, p. 641-668, 2018.

SCHILLING, Flávia. **Direitos humanos na América Latina: Uma história de lutas e conquistas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, J. W. (1995). **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

SCHWAHN, Angela Mari Mattos Pereira; GRAUPE, Mareli Eliane; CARON, Lurdes. Gênero e magistério: questões pertinentes. **Revista Espacios**, v. 40, n. 23, 2019.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.